

ECONOMIA SOLIDÁRIA: GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA COMO ALTERNATIVA AO DESEMPREGO E INSTRUMENTO DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Hélio Gomes Filho

Engenheiro Mecânico, licenciado em Mecânica, Especialista em Educação, Especialista em Meio Ambiente, Professor e Coordenador de Projetos Especiais da ETFCampos. Atualmente desempenhando a função de Gerente Educacional da Área de Serviços da ETFCampos.

“Não há possibilidade de sobrevivência sem cooperação.”

Carlos Alberto Ramos Soares de Queiroz.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo propor algumas soluções para o desemprego crescente, que se apresenta neste momento de reestruturação econômica, com formulações que contemplem não só os desqualificados das classes populares, mas também a classe média empobrecida e desempregada, vítima das reengenharias. Mostrar que a alternativa de crescimento é a economia local em detrimento da global. Difundir a idéia da “economia solidária” como instrumento de superação social dos excluídos, em particular as cooperativas de trabalho. E, acima de tudo, propor diretrizes, neste campo, para o CEFET Campos, uma instituição que se pretende centro de referência da educação básica e profissional na Região.

Uma das teses mais comuns da modernidade diz respeito ao peso da escolaridade na empregabilidade do trabalhador. Ninguém, conscientemente, negaria a importância da educação básica na

qualificação e empregabilidade, em tempos regidos pela necessidade de competitividade e globalização.

É certo, também, que o Brasil possui uma das piores médias de escolaridade. Segundo o IBGE (pesquisa nacional por amostragem de domicílios de 1995 – PNAD/95) 65% da PEA (população economicamente ativa) não possui 8ª. série. Nos últimos anos conseguimos melhorar nossa média de 3,5 para tímidos 4 anos. Só conseguimos atingir valores próximos a países do nosso perfil econômico, na Região Sudeste e na população entre 35 e 40 anos. Só aí alcançamos os razoáveis 8 anos de escolaridade. Não obstante a posição de ponta da Região Sudeste, o Norte Fluminense, devido aos índices de pobreza e miséria extremas, apresenta indicadores que negam esta performance.

O povo brasileiro carece demais de ensino fundamental. Se quisermos realmente ser uma nação no próximo milênio, precisamos solucionar este gargalo, que não é só um déficit no campo da economia, mas é, sobretudo, uma enorme dívida social que acumulamos ao longo de cinco séculos.

ANOS DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO MAIOR DE 10 ANOS

Local / Universo	sem instrução	01 a 03 anos	04 a 07 anos	08 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais
Campos	47.562	74.662	100.706	36.732	38.639	9.844
308.145	15,44%	24,23%	32,68%	11,92%	12,54%	3,20%
Conc Macabu	2.626	3.101	4.342	1.436	1.560	256
13.321	19,71%	23,28%	32,59%	10,78%	11,71%	1,92%
Quissamã	2.180	2.110	2.737	567	509	33
8.136	26,79%	25,93%	33,64%	6,97%	6,26%	0,41%
S J da Barra	13.118	14.339	12.532	2.713	2.825	292
45.819	28,63%	31,29%	27,35%	5,92%	6,17%	0,64%
S Fidélis	6.228	8.234	7.943	2.398	2.930	253
27.986	22,25%	29,42%	28,38%	8,57%	10,47	0,90%

Fonte: IBGE - Censo de mão-de-obra de 1991.

Seria fundamental anunciarmos no início do próximo milênio uma escolaridade média do povo brasileiro com, pelo menos, 8 anos. Isto, talvez, não seja a solução da questão. De que vale educarmos o nosso povo, se em contrapartida não lhe oferecemos oportunidades de sobrevivência? De que adianta aumentar a nossa empregabilidade se praticamente já não há mais emprego formal e o pleno emprego parece ser um sonho nostálgico? Em 23 de dezembro do ano passado o Jornal do Brasil publicou uma matéria com o presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Vicente Paulo da Silva, momento em que ele demonstra grande preocupação com a crise do emprego. Vejamos um trecho da reportagem: *Vicentinho, porém, reconhece que o mercado de trabalho mudou e nunca mais haverá tantos empregos na economia formal quanto no passado. "Quem for mandado embora não será mais contratado", afirma.*

De nada valerá todo esforço que fizemos neste sentido se, paralelamente, não desenvolvermos, também, políticas e ações de geração de trabalho e renda. Urge criar alternativas de sobrevivência para o micro e pequeno empreendedor e de apoio àqueles que sobrevivem no mercado informal. Retomemos a matéria do JB no seguinte ponto: *Por isso, segundo ele, a CUT "terá que romper com o*

corporativismo, partir para a organização dos trabalhadores da economia informal e aliar-se aos micro e pequenos empresários". Vicentinho estima em 32 milhões o número de trabalhadores da economia informal. Em março a entidade deve organizar um seminário com entidades e representantes de camelôs, topiqueiros e microempresários para iniciar um processo de formação de sindicatos nestes setores. "Não podemos só reclamar. Temos que encontrar alternativas e gerar renda para a população", acrescenta.

Neste processo, acredita ele, a CUT terá que "derrubar algumas paredes ideológicas", como a que separa patrões e empregados. Nem todos patrões são iguais, alguns ganham menos do que nós, trabalhadores". Observa. Onde está a luz no fim do túnel? Por onde começar? Qual o caminho mais auspicioso?

O professor Paul Singer¹ nos seus mais recentes estudos sobre desemprego na modernidade aponta o crescimento econômico e a economia solidária como as principais saídas para este nível alarmante de desemprego, que já atinge valores próximos a 20% na cidade de São Paulo, segundo o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos).

Crescimento econômico², hoje, é uma questão internacional que envolve a discussão da reestruturação produtiva, tamanho do

estado, sua capacidade de intervenção na economia e conseqüentemente dos limites e interesses dos capitais transnacionais. Em contrapartida apresenta-se o desenvolvimento regional e local (DEL) que se baseia no apoio ao pequeno empreendedor, podendo ter como cenário básico a economia solidária e o município como principal agente de fomento. O DEL como opção estrutural apresenta a vantagem de estar sujeito à capacidade de intervenção dos atores locais.

COMO DEVE SER O APOIO AO PEQUENO EMPREENDEDOR

A saída, certamente, está no apoio aos micro e pequenos empreendedores. O posto de trabalho na empresa de grande e médio porte requer mais investimentos³ a cada dia que passa e em conseqüência disto vai se tornando, também, mais raro.

Se o posto custa muito investimento é porque o modelo produtivo é intensivo em tecnologia, o que não favorece o emprego. Já as micro e pequenas empresas (MPEs) trabalham com uma lógica contrária. Tem o posto de trabalho barato, porque utilizam um modelo pouco dependente de bens de capital sofisticados, e conseqüentemente são intensivas em mão-de-obra. Não é por acaso que 60% dos empregos, no Brasil, estão localizados nas MPEs⁴. Isso sem contabilizar o mercado informal⁵.

Tabela 1

Custo médio do posto de trabalho em alguns setores da economia mundial.

Setor econômico	Custo médio do posto de trabalho em US\$
Indústria em geral	400 mil (BNDES)
Ind. de computadores	2 milhões*
Ind. Automobilística	70 mil*
Turismo	20 mil*
Comércio e serviços	40 mil (BNDES)
Agricultura	5 mil (FAO/ONU)
Cooperativas	3 mil (CENPEC)
Agro-indústria familiar	1,2 mil (GDF)

*Fonte: Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro.

Não bastassem os argumentos anteriores, resgatemos o estudo do Banco Mundial que diz que apenas 20 % do PIB do planeta está na economia globalizada. Este dado nos aponta um mercado do tamanho de 80 % do PIB mundial, produto da economia local e regional, meta a ser alcançada pelo

¹ Professor da Faculdade de Economia e Administração da USP e Ex-secretário de Planejamento da Prefeitura de São Paulo.

² Segundo Aloisio Mercadante, professor de economia na PUC-SP e UNICAMP para erradicarmos a pobreza no Brasil precisaríamos de um crescimento econômico de 7% do PIB (produto interno bruto), ao ano, num período não inferior a 20 anos.

³ Tomemos um exemplo recente. A BMW está se instalando no ABC paulista, investirá 145 milhões de dólares, criando 400 empregos diretos. Isso resulta o posto de trabalho a um custo de 362,5 mil dólares.

⁴ Fonte: SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), 1997.

⁵ Em Campos a economia informal dá sinais de gigantismo, falamos em quantidade e não em qualidade. A PEA ocupada, segundo o censo de 1991, é de 141mil pessoas, enquanto que o número de empregados no setor formal em 1994, segundo o Ministério do Trabalho é de 64.053 pessoas (RAIS - Relação Anual de Informações Sociais) estes também são considerados pequenos empreendedores, apesar de informais.

DEL. Mesmo que fosse o caminho mais difícil não daria para ignorar.

Não acreditamos que ações isoladas dêem conta dessa imensa tarefa, por isso estamos iniciando um debate regional com uma série de atores, em especial aqueles¹ com missão voltada para a qualificação profissional e/ou apoio ao pequeno empreendedor. O momento máximo deste debate deveria se dar com o nascimento de um "FÓRUM PERMANENTE SOBRE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA".

Nesta discussão serão bem vindos todos, sem restrição, que se interessam pelo tema e que tenham propostas que visem a solucionar o problema do desemprego. Com a comissão de emprego e a Secretaria de Promoção Social da Prefeitura podemos criar um conselho municipal e formular um plano diretor de geração de trabalho e renda para Campos e região.

É fundamental que as instituições que têm como objetivo a qualificação de trabalhadores, em nossa região, atuem integradas. Não podemos superpor ações e pulverizar recursos. Precisamos, inclusive, nos associar em algumas frentes de trabalho. Felizmente a comissão de emprego nos aproximou e o Plano Estratégico de Campos (PEC)² está propiciando esta integração.

Afinal que tipo de qualificação demandam as MPes? Em geral, o pequeno empreendedor possui vontade, extrema necessidade de gerar renda, algum conhecimento do que já faz ou pretende fazer e só. Sua caminhada é intuitiva e improvisada. Um vôo cego!

Não é por acaso que as MPes brasileiras têm uma taxa de mortalidade de 85%, antes mesmo de completar dois anos de existência. Mesmo depois das facilidades tributárias criadas por mecanismos como o SIMPLES.

Até mesmo as informais, que não têm ônus tributário, padecem desse mal.

Isso porque lhes faltam as três ferramentas básicas para enfrentar as tempestades do mercado. Nenhum empreendedor é competente se não possuir conhecimento do mercado, qualificação para atendê-lo e acesso ao capital. Na medida em que falta um deles fica difícil de caminhar, se faltar mais de um, então, é fracasso certo!

DESVENDANDO O MERCADO

Uma das funções precípuas do FÓRUM PERMANENTE SOBRE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA seria, exatamente, articular essas variáveis. A primeira delas diz respeito ao CONHECIMENTO DO MERCADO. É preciso que as instituições responsáveis pelo fomento das atividades micro e pequeno-empresariais compreendam a urgência desta questão. O SEBRAE tem sido nosso interlocutor assíduo neste tema e tem respondido positivamente às nossas provocações. Atualmente está passando por uma reformulação, no Estado do Rio, que em muito tem melhorado a sua estrutura de atendimento no Norte Fluminense.

Foi para ajudar a desvendar esse mercado que a ETFCampos encomendou ao Centro de Pesquisas da Universidade Cândido Mendes (CEPECAM) o Estudo de Tendências do Desenvolvimento das Regiões Norte e Noroeste Fluminense. Este estudo aponta vertentes que já têm orientado algumas decisões que marcam fortemente a vida futura da Escola. No entanto ele precisa ser mais detalhado. Precisamos descortinar uma série de mistérios, que, uma vez descobertos, permitirão a todos nós caminharmos em terreno firme. Por exemplo: necessitamos com certa urgência de indicadores qualitativos e quantitativos da economia informal na região,

⁶ Em Campos além da nossa Escola temos: SENAI, SENAC, SEBRAE, SENAT (em construção) e duas escolas técnicas estaduais, uma agrícola e outra industrial e de serviços. Sem contar as instituições de nível superior.

⁷ Mais informações sobre o PEC consultar a home page: <http://www.etfcam.g12.br/pec>.

que é grande e pode ser apoiada, vitalizada e até, quem sabe, formalizada.

No dia em que pudermos dizer a respeito de cada um dos nichos onde se situam as MPes: o que é, onde está e que tamanho tem o seu mercado, teremos dado o primeiro grande passo.

A FORÇA DO SABER FAZER

O segundo pilar que é a QUALIFICAÇÃO nos deixa um pouco mais à vontade, mas nem tanto, pois o tipo de demanda é uma coisa ainda pouco conhecida da maioria das instituições que trabalham qualificando mão-de-obra.

Inicialmente parece fácil, já que estamos falando em como produzir. Aprofundando um pouco, encontramos uma enorme lacuna a ser preenchida e para a qual a maioria de nós ainda não se capacitou adequadamente.

Estamos falando das competências e habilidades mínimas necessárias a um empreendedor, que vai desde a mudança comportamental, passando pelo conhecimento de marketing, finanças, administração e outros atributos mais, que podemos resumir na expressão: CAPACIDADE DE GESTÃO. Para desenvolver tais competências devemos lançar mão de metodologias não convencionais, como a que se baseia em jogos, por exemplo, e que procura induzir um comportamento voltado para a busca da sobrevivência num mundo sem emprego. Segundo o professor Paul Singer: EMPREGO NÃO É FIM, É MEIO.

ACESSO AO CAPITAL COMO COMPLEMENTO DA CIDADANIA

Completando a trilogia vamos falar de ACESSO AO CAPITAL, que na linguagem das MPes se resume em crédito descomplicado. Nesta hora, ser pequeno é

mau negócio. Os bancos convencionais não os aceitam facilmente e mesmo nos programas específicos, como o PROGER, por exemplo, o nível de exigência ainda é muito grande. Aos informais, então, só resta a agiotagem.

Mais uma tarefa para o Fórum e em que pese ele ainda não estar funcionando, já nos antecipamos e estamos puxando a discussão do MICROCRÉDITO em Campos. Estamos estudando o tema, temos difundido a idéia por aqui e vimos articulando contatos em vários pontos do estado, em especial com a prefeitura de Campos, no sentido de apoiarmos a viabilização de uma Instituição Comunitária de Crédito³ para MPes, no Norte e Noroeste Fluminense.

O microcrédito é uma idéia difundida internacionalmente. Tem como paradigma máximo o Grameen Bank⁴, procura preencher uma lacuna deixada pelo sistema financeiro formal, que não trabalha com esses setores devido a sua baixa lucratividade, que, entretanto oferecem, em contrapartida, os mais baixos índices de inadimplência do mercado. Esta é uma espécie de característica universal desta faixa de tomador de empréstimo.

Fechado este ciclo poderemos dizer, sem receio, que apoiamos as MPes. Quem sabe elas serão a chave da porta de saída da estagnação econômica em que nos encontramos no momento. Não há dúvidas de que aí reside uma das respostas cabais para a crise de emprego por que passam o país e a região Norte Fluminense.

ALGUMAS AÇÕES QUE PODEM SER DESENVOLVIDAS

Faz-se urgente a criação de alternativas de qualificação, que ao mesmo tempo atendam demandas de mercado, produzam, distribuam riqueza e que ainda possam ser desenvolvidas por pessoas de baixa qualificação. Esta última

³ Por não ser Banco e não captar dinheiro do público, este tipo de instituição não está sujeita às exigências que o Banco Central faz do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, que são os agentes financeiros do PROGER. Conseqüentemente ela é muito mais ágil e flexível para o cliente.

⁴ Instituição que opera crédito popular em Bangladesh, possui mais de 2.000 agências, uma rede bancária maior que a do Banco Itaú, por exemplo.

é estratégica, pois enquanto não se consegue aumentar a escolaridade da PEA é preciso encontrar alternativas de ocupação para os menos escolarizados. A construção civil, a agricultura familiar (frutas e certos animais, em particular) e o setor de serviços elementares se adequam perfeitamente a este perfil.

Estamos estudando uma proposta de ampliação da região atendida pela ETFCampos através de um projeto que permita o treinamento de instrutores de outros municípios, alojados nas suas dependências e que venham depois atuar em suas cidades de origem. Podem ser ex-alunos, o que facilitaria o processo de treinamento. Para tanto, a Escola ofereceria um projeto de canteiro de obras a ser executado, a baixo custo, em local pertencente às prefeituras onde poderão ser formados os seguintes profissionais: pedreiro, carpinteiro, armador, bombeiro hidráulico, eletricitista, pintor, etc.

Ainda dentro deste espírito outra oficina-escola que pode ser descentralizada é a de manutenção de refrigeradores, condicionadores de ar, bebedouros, frigoríficos, etc., com demanda acentuada nos municípios litorâneos. O kit básico necessário para a equipação deste tipo de oficina é de baixíssimo custo e ela pode ser instalada em qualquer espaço, numa sala ociosa de uma escola pública, por exemplo.

Outras alternativas, como manutenção de eletrodomésticos, poderão ser estudadas e devem ter como premissa básica o baixo custo de instalação para que seja viável às prefeituras. Um aspecto pitoresco deste processo de descentralização diz respeito à intensa migração que existe entre o sul do Espírito Santo e a Região dos Lagos. São pessoas buscando sua sobrevivência na eterna corrente provocada pela sazonalidade das culturas agrícolas e das atividades do turismo de verão. Muitos desses migrantes são nascidos e até mesmo potenciais moradores de Campos e, quem sabe, poderão ser qualificados por uma iniciativa da Escola, feliz

e ironicamente, à distância.

Apoiar o pequeno e o informal é uma tarefa árdua, pois nossa cultura econômica os discrimina, em especial o informal. O apoio deverá vir através do fomento da criação de empresas, associações e cooperativas que ocupem os espaços do mercado, movimentem a cadeia econômica e gerem postos de trabalho, mesmo que não sejam empregos formais. Incubadoras Tecnológicas de Empresas e de Cooperativas de Trabalho são iniciativas que não devem, em hipótese alguma, ser descartadas.

Uma alternativa interessante dentro do espírito da incubação são os VIVEIROS. Profissionais já qualificados ou que acabaram de se qualificar, preferencialmente de maneira coletiva, ocupam espaços ociosos de parques produtivos, que devido à crise não são poucos, mediante um aluguel, que pode ser uma fatia do produzido e ali começam seu empreendimento. Já há, inclusive, conversas preliminares na ETFCampos, para que ex-alunos ou outros profissionais possam desenvolver pelo menos um destes viveiros nas suas instalações. O projeto deverá contemplar a capacitação dos mesmos no que diz respeito à gestão, crédito e comercialização do produto. Esta iniciativa apresenta um perfil menos paternalista que as incubadoras de empresas tradicionais.

Um projeto que vem sendo embalado com carinho na ETFCampos e que está no epicentro da discussão da economia solidária, também chamada de "auto-ajuda coletiva", segundo o professor Paul Singer, é uma INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS DE TRABALHADORES. Idealizada e implantada na atual Coordenação de Projetos Especiais (CPE), já conta com duas cooperativas de técnicos em processo de legalização, que já desenvolvem alguns trabalhos, isto é, mesmo antes de formalizadas já estão gerando renda. Trata-se de uma cooperativa de técnicos na área de construção civil e outra de técnicos de informática e processamento de dados.

Uma das preocupações deste projeto é o risco do cooperativismo como viabilização de um processo de precarização e desmonte dos direitos dos trabalhadores. O Brasil está repleto de cooperativas de trabalho ilegais, conhecidas vulgarmente como "gatoperativas", que na verdade são cortinas de fumaça para encobrir golpes baixos nos direitos contidos na CLT (Consolidação da Lei Trabalhista). Por isso, a princípio, esta incubadora só está operando com profissionais de perfil eminentemente autônomo ou com aqueles que, uma vez no emprego formal, sofrem uma redução drástica no seu nível de remuneração. Atentemos para fala do Professor Paul Singer: *"Trabalho assalariado não é a melhor coisa do mundo. Cooperativados contratados coletivamente é uma alternativa a ser cogitada"*.

Ainda segundo Paul Singer as cooperativas de trabalho apresentam algumas vantagens no que tange à redução de custos para quem as contrata, pois há uma substancial economia com a supervisão, já que não há necessidade de cobrança da execução dos serviços. E à grande motivação apresentada por esse tipo de trabalhador, o que aumenta bastante a produtividade. Isso garante um ganho extra para as cooperativas, que além de permitir uma remuneração acima do mercado tradicional, possibilita, também, a criação de fundos de férias, décimo terceiro, seguridade social, plano de saúde, etc. Esses fundos repõem ao trabalhador direitos e benefícios perdidos no momento em que decide se desligar - ou é excluído - do mercado de trabalho formal.

Em artigo publicado na Folha de São Paulo de 5 de abril deste ano o economista e professor Aloísio Mercadante, falando de economia solidária, nos aconselha o seguinte: *"Essas experiências se iniciam com pessoas que dominam seus trabalhos e conhecem a produção, mas desconhecem o gerenciamento e técnicas de administração. É, portanto, indispensável a assessoria para que possam existir e prosperar"*.

O SEBRAE pode ser um poderoso instrumento, que deveria ser acompanhado de convênios com universidades, ONGs e movimentos sociais para alavancar a capacidade de promover empreendedores sociais e a formação de cooperativas. Os governos municipais, com o apoio das entidades empresariais e o incentivo dos governos federal e estaduais, deveriam criar incubadoras de microempresas, cooperativas populares, e garantir o suporte necessário para a implantação dessas associações.

Recentemente a CPE/ETFCampos elaborou em conjunto com o SEBRAE-NF um projeto de capacitação tecnológica e de gestão para as duas cooperativas que estamos incubando. Este projeto que já foi aprovado pelo SEBRAE-Rio e em breve começará a ser executado, consiste em cursos voltados para o cooperativismo e empreendedorismo, além de cursos de capacitação para as atividades específicas de cada uma das duas cooperativas. O SEBRAE se incumbem da primeira, enquanto a Escola arca com o ônus da segunda parte. Além disso é obrigação da ETFCampos, no processo de incubação, propiciar espaço físico e infra-estrutura para o funcionamento durante o período de incubação que terá a duração de 24 meses.

Além do projeto com o SEBRAE, já vem sendo mantido contato com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da COPPE/UFRJ (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia / Universidade Federal do Rio de Janeiro) - a intecCOOPPE, que se tornou Incubadora de incubadoras de cooperativas populares num projeto da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), GCOP (Gerência de Cooperativas)/Banco do Brasil e COPPE/UFRJ. A CPE/ETFCampos tem mantido contatos freqüentes com a intecCOOPPE, estando em negociação um convênio de repasse de tecnologia.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas de Trabalhadores da ETFCampos opera com um cenário futuro de

agregação de mais duas cooperativas, por ano, nos próximos cinco anos, além da administração dos viveiros que forem criados. Estamos na expectativa de incubar uma cooperativa de músicos e afins, como também uma de mulheres que gerem renda a partir de algum produto caseiro, que pode ser culinária ou confecção.

A economia solidária é sem sombra de dúvidas uma poderosa ferramenta de crescimento, distribuição de renda e justiça social. A Itália constitui-se numa prova cabal desta realidade. Tem boa parcela da sua pujante economia – um PIB de US\$ 1,21 trilhões, o quinto do planeta⁵ - baseada no apoio à informalidade, ao invés de apostar na perseguição deste mercado. Hoje em qualquer país da Europa encontram-se produtos da “auto-ajuda coletiva made in Italy”.

Em Mondragón, na Província de Guipúzcoa, Espanha, a 60 km de Bilbao, há um outro exemplo de economia solidária que prosperou. São cerca de 70 empresas que atuam de forma cooperativa, tendo, inclusive, eletrodomésticos linha branca e máquinas ferramenta. Uma realidade que o professor Paul Singer preconiza para o Brasil, uma grande rede nacional de economia solidária.

O elenco de exemplos é grande e a necessidade de crescer produzindo e distribuindo não é menor. Distribuindo o capital, o conhecimento e as oportunidades não será mais necessário distribuir o pão.

Referências Bibliográficas:

- [1] COELHO, Franklin D.. Desenvolvimento Econômico Local. Rio de Janeiro: IBAM/SERE/FES, 1996.
- [2] COELHO, Franklin D.. Projeto Nacional de Desenvolvimento para Micro e Pequena Empresa II. Rio de Janeiro: SERE/FES, 1996.

- [3] PINHO, Diva B.. Economia e Cooperativismo. São Paulo: Saraiva, 1977.
- [4] QUEIROZ, Carlos A. R. S. de. Manual da Cooperativa de Serviços e Trabalho. São Paulo: STS, 1997.
- [5] SINGER, Paul. Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

⁵ Fonte: site da Fundação Getúlio Vargas, extraído em 29/07/98: <http://www.fgv.br/aries/letras.htm>.